

ESTRE AMBIENTAL S.A. - em recuperação judicial

CNPJ/MF nº 03.147.393/0001-59

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31/12/2020 a 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Balancos Patrimoniais				Balancos Patrimoniais				Demonstrações dos resultados				Demonstrações dos Fluxos de Caixa			
	Notas	2020	2019	2020	2019	Notas	2020	2019	2020	2019	Notas	2020	2019	2020	2019	
Ativo		934.871	1.354.211	916.540	1.296.042		934.871	1.354.211	916.540	1.296.042		233.666	227.326	727.064	888.242	
Ativo circulante		100.782	224.792	315.237	640.094		100.782	224.792	315.237	640.094		139.313	164.219	593.747	773.434	
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.391	469	71.083	32.265		10.391	469	71.083	32.265		93.935	63.077	133.517	158.806	
Títulos e valores mobiliários		-	-	27	-		-	-	27	-		-	-	-	-	
Contas a receber de clientes	5	30.531	134.179	95.460	410.057		30.531	134.179	95.460	410.057		-	-	-	-	
Contas a receber de terceiros	5	40.280	54.694	64.533	73.520		40.280	54.694	64.533	73.520		-	-	-	-	
Estoques		1.639	937	7.041	5.671		1.639	937	7.041	5.671		-	-	-	-	
Impostos a recuperar	6	11.996	32.380	64.715	104.592		11.996	32.380	64.715	104.592		-	-	-	-	
Adiantamentos a fornecedores		3.831	967	2.266	1.224		3.831	967	2.266	1.224		-	-	-	-	
Despesas antecipadas		332	303	1.202	1.262		332	303	1.202	1.262		-	-	-	-	
Outras contas a receber	7	1.782	863	4.090	10.295		1.782	863	4.090	10.295		-	-	-	-	
Ativo não circulante	9,2	834.089	1.129.419	601.303	655.948		834.089	1.129.419	601.303	655.948		-	-	-	-	
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-		-	-	-	-		-	-	-	-	
Partes relacionadas	8	65.121	50.295	5.977	17.577		65.121	50.295	5.977	17.577		-	-	-	-	
Contas a receber de clientes	5	6.213	11.273	16.983	21.661		6.213	11.273	16.983	21.661		-	-	-	-	
Contas a receber de partes relacionadas	5	17.109	-	-	-		17.109	-	-	-		-	-	-	-	
Demaís contas a Receber - Partes Relacionadas	8	41.664	66.148	11	-		41.664	66.148	11	-		-	-	-	-	
Impostos a recuperar	6	11.887	6.895	31.058	37.601		11.887	6.895	31.058	37.601		-	-	-	-	
Despesas antecipadas		487	2	1.603	1.552		487	2	1.603	1.552		-	-	-	-	
Impostos diferidos		-	-	-	-		-	-	-	-		-	-	-	-	
Outras contas a receber	7	8.815	8.151	17.892	24.143		8.815	8.151	17.892	24.143		-	-	-	-	
Investimentos	9	346.818	660.640	10.159	7.774		346.818	660.640	10.159	7.774		-	-	-	-	
Ativo de direito de uso	10	75.611	37.235	84.657	50.441		75.611	37.235	84.657	50.441		-	-	-	-	
Imobilizado	11	251.810	263.940	406.102	452.568		251.810	263.940	406.102	452.568		-	-	-	-	
Intangível	12	9.716	24.840	26.859	42.614		9.716	24.840	26.859	42.614		-	-	-	-	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

	Reserva de capital		Reserva de pagamentos a serem efetuados		Outros resultados abrangentes		Ações em tesouraria		Prejuízos acumulados		Total atribuído aos acionistas		Participação de não controladores		Total	
	Capital	Reserva	Reserva	Reserva	Outros resultados abrangentes	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Prejuízos acumulados	Total atribuído aos acionistas	Participação de não controladores	Total	Total	Total	Total	Total	
Saldos em 01/01/2017	144.562	1.024.741	-	-	-	-	-	-	1.788	(37.403)	(1.640.805)	(1.640.805)	25.509	(478.450)	(1.640.805)	
Saldos em 01/01/2018	144.562	1.024.741	-	-	-	-	-	-	1.788	(37.403)	(1.640.805)	(1.640.805)	25.509	(478.450)	(1.640.805)	
Efeito de adoção de novas práticas contábeis Saldos em 01/01/2018 (reapresentado)	144.562	1.024.741	-	-	-	-	-	-	1.788	(37.403)	(1.640.805)	(1.640.805)	25.509	(478.450)	(1.640.805)	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Realização de ajuste de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Transações com acionistas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31/12/18	144.562	1.024.741	-	-	-	-	-	-	1.788	(37.403)	(1.640.805)	(1.640.805)	25.509	(478.450)	(1.640.805)	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31/12/19	144.562	1.024.741	-	-	-	-	-	-	1.788	(37.403)	(1.640.805)	(1.640.805)	25.509	(478.450)	(1.640.805)	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Plano de remuneração baseado em ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31/12/20	144.562	1.024.741	-	-	-	-	-	-	1.788	(37.403)	(1.640.805)	(1.640.805)	25.509	(478.450)	(1.640.805)	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

As Ações, Conselheiros e Administradores da Estre Ambiental S.A. - Em recuperação judicial São Paulo - SP. Opinião com ressalvas. Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Estre Ambiental S.A. - Em recuperação judicial ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31/12/2020 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos na seção a seguir intitulada "Base para nossa opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Estre Ambiental S.A. - Em Recuperação Judicial em 31/12/2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião com ressalvas. Alegações e investigações sobre as relações da Companhia com fornecedores. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.4, as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, em 2014, a Companhia foi citada em acordo de colaboração premiada com o Ministério Público Federal ("MPF") e foi alvo de mandados de busca pela Polícia Federal. Também, foram executados mandados de prisão temporária, dentre os quais do fundador e ex-presidente da Companhia. Com base em investigação interna a Companhia concluiu que pagamentos feitos a certos fornecedores, particularmente através do consórcio Soma ("Soma"),

para os quais não havia provas suficientes de que os bens e serviços foram realmente fornecidos. Em conexão com o plano de recuperação judicial e possível acordo no âmbito dos órgãos competentes, a Companhia provisionou em 31/12/2020, o valor de R\$ 253.000 mil, como sendo a sua melhor estimativa, para um defecho como resultado dessas investigações. Devido à ausência de avaliação suficientemente robusta, não nos foi possível concluir sobre a suficiência ou não relacionada com a mencionada provisão. Contas a receber da SPE Soma Soluções em Meio Ambiente Ltda. com a Corpus Saneamentos. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 07 as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a Administração da Companhia não possui evidências suficientes para concluir sobre a existência de uma provisão de registro de provisão para perdas sobre instrumento financeiro registrado como ativo não circulante de sua controlada SPE Soma Soluções em Meio Ambiente Ltda., no valor total de R\$ 6.562 mil. As práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exigem que na data do balanço se analise se um instrumento financeiro está registrado por valor acima de seu valor recuperável. Devido à ausência de avaliação suficientemente robusta, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se constituir ou não provisão para perdas sobre o instrumento financeiro. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar

Das atividades operacionais

Prejuízo do exercício nas operações em continuidade (943.453) (419.163) (939.794) (223.656)

Lucro líquido do exercício nas operações em descontinuidade (4.925) 2.296

Lucro líquido (prejuízo) do exercício (943.453) (419.163) (944.719) (421.362)

Ajustos para o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:

Depreciações, amortizações e exaustões 64.816 75.364 99.656 110.626

Provisão para crédito liquidação duvidosa e perdas 1.558 (465) 289.771 (2.008)

Provisão para despesas judiciais e arbitrais 76.904 (465) 289.771 (2.008)

Valor residual na alienação de ativo imobilizado e intangível 12.908 12.908 38.986 37.596

Resultado de equivalência patrimonial 425.742 227.795 (1.555) 860

Ganho de capital na alienação de investimentos - - - 37.437

Ajustar valor recuperável de ativo imobilizado e intangível - - - 18.485

IR e contribuições sociais decorrentes de operações 1.558 (465) 289.771 (2.008)

Provisão para demandas judiciais, liquidadas de exercícios anteriores/Reversão perda de partes relacionadas (43.230) - 21.536 18.485

Provisão para perda de impostos a recuperar (31.093) - - 30.822 (5.386)

Variação monetária, encargos financeiros e juros 273.909 193.448 414.550 61.221

Despesa PFA (4.026) - - (43.230) -

Despesas plano de remuneração baseado em ações (8.737) 13.632 (33.976) -

Outros (18.438) (218) 865.833 174.789

Acrescimo/(decréscimo) em ativos operacionais (9.498)

Contas a receber de clientes 47.890 (43.534) (8.728) 13.632

Impostos a recuperar 16.481 9.030 (35.660) (624)

Estoques (622) (348) (597) 2.813

Fornecedores 27.306 (50.914) 55.644 (71.675)

Obrigações trabalhistas (12.987) 4.724 (28.681) (6.018)

Obrigações tributárias (6.326) (1.424) (38.808) (3.938)

Provisão para demandas judiciais (648) (5.141) (10.137) (22.068)

Partes relacionadas (107.258) 111.044 35.844 (14.899)

Outros 55.259 (39.821) 2.970 (29.119)

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais 30.309 34.272 178.480 102.336

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Aporte de capital em controladas e coligadas (4.290) (21.274) (830) (968)

Recuperação de venda de subsidiária - 6.843 - 39.457

Recuperação de venda de ativos imobilizados 11.078 13.841 (23.703) 26.819

Recebimento por aquisição de ativos (2.705) (3.088) (4.788) (3.705)

Recebimento de dividendos 3.131 1.439 - -

Aquisição de ativo imobilizado e direito de uso (40.015) (52.091) (79.061) (92.162)

Aquisição de intangível (405) (1.565) (414) (1.609)

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (35.596) (55.095) (99.937) (77.613)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Captação de empréstimos e financiamentos - - - 241 8.510

Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures (3) (5.372) (5.686) (8.962)

Juros e encargos financeiros pagos (2.712) (6.361) (26.350) (23.436)

Recebimento de dividendos 14.726 (4.328) (14.726) (17.052)

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (44.431) (39.000) (80.725) (99.593)

Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes 9.922 (903) 38.818 15.192

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício 40.99 1.372 32.265 17.073

Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício 106.341 469 71.083 32.265

longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente de serem causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificar, omitir ou representar falsas informações. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de contabilidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam de maneira fiel e adequada as informações contábeis e as demonstrações de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo, incluindo a seleção, o planejamento, a execução e a documentação dos procedimentos de auditoria e a obtenção de evidências de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29/10/2020

BDO BDO RCS Auditores Independentes S.S. CRC 2 SP 193048/O-0
Julian Clemente - Contador CRC 1 SP 157220-2

1ª Vara de Fazenda Pública - Foro Central

Edital para conhecimento de Terceiros, extraído dos autos da Ação de Desapropriação Por Interesse Social com Pedido de Imissão Provisória na Posse, que a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo-COHAB/SP, move contra Maria Isabel de Azevedo Mangini Figueredo, José Plácido de Figueredo, Maria Alice Mangini de Rego Freitas, Luiz Fernando Pimentel do Rego Freitas, Eduardo de Azevedo Mangini, Marta Ferraz Magini, Luiz Miguel de Azevedo Mangini, Andréa Taino Mangini, José Antonio Mangini Júnior, Juliana Lewkowicz Mangini, Helena Maria de Azevedo Mangini Zaidan, Marcos Amendola Zaidan, Irene Maria de Azevedo Mangini, Fátima Rosa de Azevedo Rodrigues Delcor, e Célio Delcor, com prazo de 15 dias - Processo nº 1063705-14.2017.8.26.0003. O Dr. Sergio Serrano Nunes Filho, Juiz de Direito da 1ª Vara de Fazenda Pública - Foro Central. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem e interessarem nessa que, perante este Juízo e Cartório, é promovida uma Ação de Desapropriação Por Interesse Social com Pedido de Imissão Provisória na Posse requerida pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo-COHAB/SP contra Maria Isabel de Azevedo Mangini Figueredo, CPF 360.721.095-00, José Plácido de Figueredo, CPF 006.351.205-00, Maria Alice Mangini de Rego Freitas, CPF 938.149.928-49, Luiz Fernando Pimentel do Rego Freitas, CPF 479.611.718-00, Eduardo de Azevedo Mangini, CPF 050.812.348-85, Marta Ferraz Magini, CPF 119.181.578-12, Luiz Miguel de Azevedo Mangini, CPF 063.745.648-39, Andréa Taino Mangini, RG. 17.420.929- SSP/SP, José Antonio Mangini Júnior, CPF 127.747.048-04, Juliana Lewkowicz Mangini, CPF 290.102.308-80, Helena Maria de Azevedo Mangini Zaidan, CPF 073.936.358-10, Marcos Amendola Zaidan, CPF 084.590.918-56, Irene Maria de Azevedo Mangini, CPF 023.141.328-90, Fátima Rosa de Azevedo Rodrigues Delcor, CPF 138.102.818-75 e Célio Delcor, RG 18.677.966-5 SSP/SP, objetivando os imóveis situados na Rua Helvética, 84 e 86; Al. Dino Bueno, 96, 96 baixos, 022.104.110 e 114, 11ª Subdistrito-Santa Cecília, com área total de 14.115.000m², Contribuintes: 008.038.0001-0 e 008.038.0002-0, respectivamente. Contestada a ação e recusada a oferta, foi pleiteado o levantamento das importâncias já depositadas e das demais que vierem a ser depositadas e, para fins de levantamento dos depósitos efetuados, em momento oportuno e, se em termos, contestada a oferta de pagamento, no prazo de 10 dias contados a partir da publicação da 1ª publicação no D.J.E., nos termos do art. 34 do D.L. 3.365/61. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de dezembro de 2018. K-2562002

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 1007077-16.2019.8.26.0604 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro de Sumaré, Estado de São Paulo, (Dr/a). ANTONIO FERREIRA DA SOUZA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER(a) PRIME DIAGNOSTICOS DO BRASIL COMERCIO E IMPORTACAO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA - CEP. CNPJ, 05.160.298/0001-10, com endereço à Rua Pires de Oliveira, 827, Chacara Santo Antonio (zona Sul), CEP 04716-010, São Paulo - SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução por parte de